

SPAT SANEAMENTOS S.A.

CNPJ nº 09.538.454/0001-95

Demonstrações Financeiras

Balanco patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais				
Ativo	Nota	2022	2021	2020
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.555	29.193	19.131
Depósitos bancários vinculados		11.718	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	5	118.715	95.864	6.874
Impostos e contribuições a recuperar	6	6.541	4.539	-
Outros ativos		3.100	2.091	-
Total do ativo circulante		184.629	131.687	26.005
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber e outros recebíveis	5	2.657	88.433	6.874
Impostos e contribuições a recuperar	6	2.398	6.874	-
Outros ativos		964	1.296	-
Total do realizável a longo prazo		6.019	96,603	-
Imobilizado		206	240	-
Ativos de direito de uso		183	66	-
Intangível		8	20	-
Total do ativo não circulante		6.416	97,529	-
Total do ativo		191,045	229,216	26,005

1. Informações sobre a Companhia - 1.1. Considerações gerais:

A SPAT Saneamentos S.A. ("Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), localizada na cidade de Suzano, São Paulo, na Rua Waldemar Colina, nº 770. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia autorizada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2023. **1.2. Contexto operacional:** A Companhia foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada (PPP) com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), por meio de Concessão Administrativa, para prestação de serviços no Sistema de Tratamento de Água (ETA) e coleta e tratamento de esgoto nos bairros, serviços de inspeção e manutenção de máquinas e câmeras de inteligência de barragem, manutenção civil e eletromecânica em unidades integrantes do sistema, tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, serviços auxiliares, e intervenções para a ampliação da capacidade de produção da Estação de Tratamento de Água (ETA) com capacidade de 10 m³/s de água tratada para os atuais 15 m³/s de água tratada, assim como a construção das adutoras e de outras utilidades para o Sistema Produtor Alto Tietê - SPAT. A operação da Companhia é regida pelos termos do "Edital de Licitação da Concorrência Intermunicipal SABESP CSM nº 6.651/06" e pelo respectivo "Contrato de Concessão". O prazo do contrato de concessão é de 15 (quinze) anos com vencimento em 31 de dezembro de fevereiro de 2024, os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) ao final do prazo da concessão. A renovação do contrato contratual foi solicitada junto a Sabesp no dia 23 de novembro de 2021 e se encontra em estudo conforme manifestação formal pela Sabesp em 21 de dezembro de 2021. Tal renovação está sujeita ao contrato de concessão, desde que seja solicitada 24 meses antes do vencimento do prazo final do contrato, e que seja acordado por ambas as partes. A expectativa é concluir o tema até o início do segundo semestre de 2023, dado que o contrato de concessão estabelece que as partes deverão seguir os trâmites de desmobilização a partir de 180 dias antes do término da vigência. **1.3. Impactos econômicos e impactos da pandemia da COVID-19:** Embora o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 seja o terceiro com impactos pela pandemia da Covid-19, os impactos financeiros e econômicos ainda continuam de alguma forma e mudanças adicionais nas estimativas que podem refletir na mensuração dos ativos e passivos podem ser necessárias. A Companhia considera que não houve impactos significativos materiais em suas operações em virtude dos reflexos da pandemia COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2. Políticas contábeis - 2.1 Base de preparação:

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requerido pelas normas. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros da Propriedade Intelectual" e da Orientação Técnica CPC 08 - "Dedução de Impostos". Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o miligrama próximo exatidão quando necessário. **2.2. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária da caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre partes que não são relacionadas na data da mensuração, no mercado principal ou, na ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado tenham conhecimento de todas as informações disponíveis sobre o ativo ou passivo e que os participantes do mercado que utilizarão o ativo em seu melhor uso. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados em níveis de hierarquia de valor justo descritos a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. • Nível 2: técnicas de avaliação para ativos e passivos que não são cotados em mercados ativos, mas cujas informações de mensuração do valor justo são diretas ou indiretamente observáveis. • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina o valor justo de cada ativo ou passivo em cada data de reporte, categorizando (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia de valor justo. A Companhia considera que não houve impactos significativos ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **2.3 Recita de contrato com cliente:** A Companhia possui um único contrato de concessão junto à SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - para prestação de serviços de tratamento de água e serviços de operação. **a) Contratos de concessão de serviços e construção:** A Companhia reconhece a receita de construção na medida em que todas as fases de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a obra de construção, o ativo é classificado como ativo financeiro, pois a Companhia tem o direito incondicional de receber a caixa de cada contrato de construção. Os custos de construção da Companhia estima que o valor justo da contraprestação relativa à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem. Essa margem adicional, esteval conforme plano de negócio do contrato de concessão, é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre o contrato de construção, a qual é adicionada ao referido custo de construção e ao custo de receita de construção. As taxas utilizadas estão descritas abaixo:

	2022	2021
Margem bruta sobre contrato de construção	11,56%	11,56%
b) Receita de ativo financeiro: A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a futuro constituídos pela receita de concessão. Este valor é determinado com base no custo de construção específico do contrato de concessão, levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio aos recebíveis das obras que ocorrerão até o final da concessão, considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. As taxas utilizadas estão descritas abaixo:		
Juros efetivos do contrato de concessão	9,74%	6,85%
c) Receita de serviços de operação: A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando (i) identifica as diferentes obrigações do contrato; (ii) determina o preço da transação; (iii) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (iv) satisfaz as condições de obrigação de desempenho. Os custos de construção são alocados de acordo com o desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares e pelo tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pela SABESP. 2.4 Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Companhia incluem: a) Juros sobre aplicação de recursos; b) Juros sobre atualização de impostos a recuperar; c) Despesas com juros sobre financiamentos e arrendamentos; e d) Outras despesas e receitas financeiras. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. 2.5 Tributos: a) Imposto de renda e contribuição social: correntes: O imposto de renda e a contribuição social do exercício passivo são reconhecidos com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O impacto no resultado é calculado com base no lucro que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber, um item pagável líquido e pretendia fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo ou passivo simultaneamente. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Ativos: Ativos fiscais diferidos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa apresentado ao custo. • Quando os valores a receber e a pagar forem reconhecidos com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de impostos e contribuições sociais sobre o custo de construção com base nas diferenças de valor e reconhecimento sobre o custo de construção com base nas diferenças temporárias sobre o custo de construção com base nas diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias não utilizadas possam ser utilizadas. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram declaradas até a data do balanço. 2.6 Imobilização: a) Reconhecimento e mensuração: A Companhia reconhece o ativo imobilizado somente se o bem que forma o ativo puder ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. Itens de imobilização são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. b) Depreciação: A Companhia reconhece a depreciação de imobilização em diferentes vidas úteis, são registradas como itens		

Demonstração do resultado				
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais				
	Nota	2022	2021	2020
Receita operacional líquida		15.778	14.204	10.211
Custo dos serviços prestados		16 (42.982)	(33.727)	(23.172)
Lucro bruto		34.016	28.038	17.039
Despesas operacionais				
Despesas administrativas e gerais	16	(12.503)	(12.780)	-
Outras receitas líquidas		3	114	-
Resultado antes do resultado financeiro,		21.516	15.372	17.039
Resultado líquido		1.043	(7.794)	1.043
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		22.559	17.578	18.082
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(17.663)	(12.662)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(2.232)	(6.124)	-
Resultado líquido do exercício		15.131	9.004	18.082

Demonstração do resultado abrangente				
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais				
	Nota	2022	2021	2020
Resultado líquido do exercício		15.131	9.004	18.082
Resultado abrangente total		15.131	9.004	18.082

5. Contas a receber e outros recebíveis

Recebe de contratos de concessão 110.823 166.147
 Aceito de arbrtamento a receber SABESP 10.532 18.170
 Outros ativos presentes 2.404 (3.468)
 Contas correntes e operações mensais - partes relacionadas 18 2.421 3.448
 Circulante 118.715 95.864
 Não circulante 2.657 88.433
Total **121.372** **184.297**
 O reconhecimento dos recebíveis de clientes é como segue:
Saldo em 1º de janeiro de 2021 **238.402**
 Receita decorrente de serviços de operação 46.436
 Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva 12.257
 Receita decorrente de serviços de construção 8.307
 Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no período (137.255)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 **166.147**
 Receita decorrente de serviços de operação 67.860
 Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva 11.166
 Recebimentos decorrentes do contrato de concessão (4.329)
 Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no período (138.679)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 **110.823**
 Receita decorrente de serviços de operação 67.860
 Receita do ativo financeiro decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva 11.166
 Recebimentos decorrentes do contrato de concessão (4.329)
 Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no período (138.679)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 **110.823**
 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido - ativo financeiro 4.725 5.708
 Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido - ativo financeiro 1.026 1.239
 Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - diferido 656 2.885
 Saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - diferido 190 211
 Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2.342 4.486
 Impostos federais com pedido de restituição - diferido 1.084
 Circulante 6.541 4.539
 Não circulante 2.398 6.874
Total **8.939** **11.413**

6. Impostos e contribuições a recuperar

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com recolhimento diferido - ativo financeiro 4.725 5.708
 Programa de Integração Social (PIS) com recolhimento diferido - ativo financeiro 1.026 1.239
 Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - diferido 656 2.885
 Saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - diferido 190 211
 Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2.342 4.486
 Impostos federais com pedido de restituição - diferido 1.084
 Circulante 6.541 4.539
 Não circulante 2.398 6.874
Total **8.939** **11.413**

7. Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores diversos 7.711 4.573
 Operações mensais - partes relacionadas 18 131 131
Total **7.842** **4.704**
 Compromissos com contratos: A Companhia possui diversos compromissos de contratos de prestação de serviços com terceiros para garantir as operações do contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). Os compromissos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim estimados por seus valores nominais:

2022	Compromissos futuros	12 meses	13-24 meses
Prestadores de serviços (fornecedores)	14.533	13.998	535
Compromissos com contratos	14.533	13.998	535
Total	29.487	27.996	1.070

2021	Compromissos futuros	12 meses	25-36 meses
Prestadores de serviços (fornecedores)	29.487	21.643	7.844
Compromissos com contratos	29.487	21.643	7.844
Total	58.974	43.286	15.688

8. Financiamentos

Juros **2022** **2021**
 Médios Vencimentos (MVM) **2022** **2021**
 BNDES - partes relacionadas 18 Spread 10,00 10,24 45.918 83.993
 (*) Custo de transação 2024 (27) (92)
 Circulante 45.891 83.906
 Não circulante 2.765 45.177
Total **48.656** **129.083**
 (*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento. **a) Termos e cronograma de vencimentos:** As principais garantias do contrato de financiamento junto ao BNDES são: • Cessão fiduciária de recebíveis e ativos de base nos valores apurados nos últimos 12 meses anteriores aos seus acionistas; • Fiança bancária direta através do Banco Bradesco S.A., limitada a R\$ 25.000.000 prestada em caráter irrevogável e irratável até 19/01/2024; • Conta Reserva (Banco Itaú, agência 2001, conta 75709-1) em nome da SPAT Saneamento em montante equivalente às três parcelas vincendas do contrato de financiamento. Os financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

Valor	12	13	25 a 30
31 de dezembro de 2022	contábil	meses	meses
Financiamentos (*)	45.918	42.241	3.677
Valor	12	13	25 a 28
31 de dezembro de 2021	contábil	meses	meses
Financiamentos (*)	83.993	41.590	3.610

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável, incluindo o custo de aquisição, o custo de manutenção e o custo de operação. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber no balanço patrimonial de seus ativos. Os pagamentos são avaliados pelo índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos são garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de compra. Os pagamentos de arrendamento incluem também os pagamentos de multas pelo não cumprimento das obrigações de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gere esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo inicial de referência para o período de 12 meses após a data do balanço. O montante não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o crescimento de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração na avaliação de passivo de arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de um ativo de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor e de curto prazo para ativos de baixo valor e de curto prazo. Os ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber no balanço patrimonial de seus ativos. Os pagamentos são avaliados pelo índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos são garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de compra. Os pagamentos de arrendamento incluem também os pagamentos de multas pelo não cumprimento das obrigações de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gere esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo inicial de referência para o período de 12 meses após a data do balanço. O montante não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o crescimento de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração na avaliação de passivo de arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de um ativo de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor e de curto prazo para ativos de baixo valor e de curto prazo. Os ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber no balanço patrimonial de seus ativos. Os pagamentos são avaliados pelo índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos são garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de compra. Os pagamentos de arrendamento incluem também os pagamentos de multas pelo não cumprimento das obrigações de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gere esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo inicial de referência para o período de 12 meses após a data do balanço. O montante não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o crescimento de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração na avaliação de passivo de arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de um ativo de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor e de curto prazo para ativos de baixo valor e de curto prazo. Os ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber no balanço patrimonial de seus ativos. Os pagamentos são avaliados pelo índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos são garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de compra. Os pagamentos de arrendamento incluem também os pagamentos de multas pelo não cumprimento das obrigações de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gere esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo inicial de referência para o período de 12 meses após a data do balanço. O montante não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o crescimento de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração na avaliação de passivo de arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de um ativo de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor e de curto prazo para ativos de baixo valor e de curto prazo. Os ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber no balanço patrimonial de seus ativos. Os pagamentos são avaliados pelo índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos são garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de compra. Os pagamentos de arrendamento incluem também os pagamentos de multas pelo não cumprimento das obrigações de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gere esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo inicial de referência para o período de 12 meses após a data do balanço. O montante não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o crescimento de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração na avaliação de passivo de arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de um ativo de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor e de curto prazo para ativos de baixo valor e de curto prazo. Os ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber no balanço patrimonial de seus ativos. Os pagamentos são avaliados pelo índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos são garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de compra. Os pagamentos de arrendamento incluem também os pagamentos de multas pelo não cumprimento das obrigações de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gere esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo inicial de referência para o período de 12 meses após a data do balanço. O montante não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o crescimento de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração na avaliação de passivo de arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de um ativo de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor e de curto prazo para ativos de baixo valor e de curto prazo. Os ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber no balanço patrimonial de seus ativos. Os pagamentos são avaliados pelo índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos são garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de compra. Os pagamentos de arrendamento incluem também os pagamentos de multas pelo não cumprimento das obrigações de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gere esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo inicial de referência para o período de 12 meses após a data do balanço. O montante não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o crescimento de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração na avaliação de passivo de arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de um ativo de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor e de curto prazo para ativos de baixo valor e de curto prazo. Os ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber no balanço patrimonial de seus ativos. Os pagamentos são avaliados pelo índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos são garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de compra. Os pagamentos de arrendamento incluem também os pagamentos de multas pelo não cumprimento das obrigações de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gere esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo inicial de referência para o período de 12 meses após a data do balanço. O montante não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o crescimento de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração na avaliação de passivo de arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de um ativo de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor e de curto prazo para ativos de baixo valor e de curto prazo. Os ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber no balanço patrimonial de seus ativos. Os pagamentos são avaliados pelo índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos são garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de compra. Os pagamentos de arrendamento incluem também os pagamentos de multas pelo não cumprimento das obrigações de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gere esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo inicial de referência para o período de 12 meses após a data do balanço. O montante não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o crescimento de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além

2022 e 31 de dezembro de 2021, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2022	2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa	4	44.473	18.309
Depósitos bancários vinculados		11.718	-
Recebíveis de contratos de concessão	5	110.823	166.147
Acordo de arbitragem a receber da SABESP	5	10.532	18.170
Total		177.546	202.626
Passivos financeiros			
Financiamentos	8	45.918	83.993

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – apreciação e depreciação das taxas

Exposição em 2022	Risco	Provável	Cenários											
			Apreciação das taxas				Depreciação das taxas							
			Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%	Variação do índice em 25%	Variação do índice em 50%				
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos														
Ativos financeiros														
Aplicações financeiras		44.473	CDI	12,79	5.688	15,99	7.111	19,19	8.534	9,59	4.265	6,39	2.842	
Depósitos bancários vinculados		11.718	CDI	12,79	1.499	15,99	1.874	19,19	2.249	9,59	1.124	6,39	749	
Recebíveis de contratos de concessão		110.823	IPC	7,32	8.112	9,15	10.140	10,98	12.168	5,49	6.084	3,66	4.056	
Acordo de arbitragem a receber da SABESP		10.532	IPC	7,32	771	9,15	964	10,98	1.156	5,49	578	3,66	385	
Passivos financeiros														
Financiamentos		(45.918)	TJPL	7,20	(3.306)	9,00	(4.133)	10,80	(4.959)	5,40	(2.479)	3,60	(1.652)	
Total líquido dos ativos e passivos financeiros		131.628			12.764		15.956		19.148		9.572		6.380	
Impacto no resultado e patrimônio líquido							3.192		6.384		(3.192)		(6.384)	

14. Imposto de renda e contribuição social diferido: Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Ativo		Passivo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Custos de transação dos financiamentos	-	-	9	31	22	33
Contas a receber líquido – contrato de concessão	-	-	10.972	22.647	11.675	13.183
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	-	-	6.509	5.656	(853)	1.742
Ajuste a valor presente arbitragem SABESP	817	1.179	-	-	(362)	(165)
Outras diferenças temporárias	193	440	-	-	(247)	(505)
	1.010	1.619	17.490	28.334	10.235	14.288
Compensação (*)	(1.010)	(1.619)	(1.010)	(1.619)	-	-
Total			16.480	26.715	10.235	14.288

Aos Acionistas e administradores da SPAT Saneamento S.A. - Suzano - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SPAT Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPAT Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada

para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia ainda não obteve e não possui formalizado nos termos e condições do contrato vigente a renovação da Concessão regida pelos termos do Edital de Licitação da Concorrência Internacional e contrato de concessão. Os planos da administração para continuidade operacional da Companhia estão descritos na Nota 1 e esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na au-

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação passiva, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

	2022	2021
Reconciliação da taxa efetiva		
Resultado do período antes dos impostos	22.559	7.578
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(7.670)	(2.577)

Ajuste do imposto de renda e contribuição social

Despesas não dedutíveis	324	128
Depreciação	-	309
Incentivos fiscais Lei 11.196/05	377	1.514
Outras	(459)	2.052
Imposto corrente	(17.663)	(12.862)
Imposto diferido	10.235	14.288

Alíquota efetiva
As diferenças temporárias dedutíveis não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

15. Receita líquida

	2022	2021
Receita de prestação de serviço da operação	67.860	46.436
Acordo de arbitragem a receber da SABESP	1.954	1.257
Ajuste a valor presente arbitragem SABESP	(420)	(178)
Receita de ativo financeiro	11.166	12.257
Receita de contrato de construção	4.329	8.307
Impostos sobre os serviços prestados	(7.891)	(6.314)
Total	76.998	61.765

18. Partes relacionadas: a) Controladora: A parte controladora direta e final da Companhia é a Igua Saneamento S.A. Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Ativo	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Em contas a receber e a pagar, financiamentos				
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	-	(2.688)
Repasse de recursos e custos - CSC	(b)	268	238	131
Financiamentos - BNDES	(c)	-	45.918	83.993
Conta corrente	(d)	2.153	3.210	-
Outros		-	-	(9)
Circulante		268	238	42.373
Não circulante		2.153	3.210	38.923
Total		2.421	3.448	46.049

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

ditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções rele-

	2022	2021
16. Custos e despesas		
Natureza dos custos e despesas		
Serviços de terceiros	(26.183)	(16.988)
Pessoal	(14.335)	(13.798)
Custo de construção	(3.475)	(6.671)
Materiais diretos	(3.951)	(3.122)
Materiais auxiliares	(2.596)	(2.560)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(311)	(251)
Energia elétrica	(685)	(634)
Depreciação e amortização	(356)	(1.304)
Outros	(3.613)	(1.179)
Total	(55.485)	(46.507)
Custo dos serviços prestados	(42.982)	(33.727)
Despesas administrativas e gerais	(12.503)	(12.780)

17. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	1.160	646
Juros de aplicações financeiras	5.401	660
Outras receitas financeiras	1.525	764
Total	8.086	2.070

Despesas financeiras

Juros sobre financiamentos	(6.187)	(7.794)
Juros sobre arrendamentos	(47)	(77)
Despesas de operações com partes relacionadas	(809)	(1.984)
Outras despesas financeiras	(7.043)	(9.864)
Total	(1.043)	(7.794)

Resultado financeiro líquido

Ativo	Passivo		Resultado		
2022	2021	2022	2021	2022	2021

(Nota 5)	(Nota 5)	(Nota 7 e 8)	(Nota 7 e 8)		
				(2.688)	(2.544)
				80	74
				(6.187)	(7.794)
				-	-
				-	(9)
				-	-
				42.373	38.923
				3.676	45.201
				(8.795)	(10.273)

vantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base

(a) Repasse com gastos alocados temporariamente entre as partes relacionadas para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio. (b) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre a Companhia e sua controladora. (c) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na Nota Explicativa nº 12. (d) Refere-se ao contrato de conta corrente entre a Companhia e a sua controladora, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente. b) Remuneração de pessoal-chave da Administração: A remuneração de pessoal-chave da Administração foi contabilizada nas rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas administrativas e gerais" e compreendem:

	2022	2021
Remuneração da diretoria	1.694	2.078
Participação nos lucros e resultados	1.412	1.069
Benefícios diretos e indiretos	88	115
Total	3.194	3.262

19. Cobertura de seguros: A Companhia tem contratado cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A diretoria revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia. **20. Compromissos:** Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão A Companhia está operando sob regime de concessão com os bens do ativo imobilizado do poder concedente, transferidos pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) por meio do Termo de Permissão de Uso de Ativos da Sabesp em 2 de março de 2009. A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar.

Composição da Diretoria	
Presidente do Grupo	Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão
Diretoria	Mateus Banaco
	Miriam Guillen Sampaio
Contador	Fabício dos Santos Teixeira
	CRC/SP nº 1SP347408/0-9

contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2023.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP034519/O
Lazaro Angelim Serruya - Contador CRC-DF015801/O